

AGOSTO 2026

198ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

FANTASIA ELEITORAL

**Estatizar o Uber?
Legalizar o aborto? As
piores propostas dos
candidatos à Presidência**

**Flavio Gordon: fraude que
prende Filipe Martins é coisa
de bandido**

**Youtuber conhecido por
contestar Deus anuncia que
se converteu ao catolicismo**



Foto: Imagem gerada com ChatGPT/Gazeta do Povo

Índice

Editorial: O novo ataque de Moraes à liberdade de expressão na internet 04

Marcio Antonio Campos: Carta dos “bispos por Lula” é propaganda eleitoral mal disfarçada 12

Flávio Gordon: Coisa de bandido: a fraude que prendeu Filipe Martins 24

As piores propostas dos candidatos à Presidência 35

Elli: nome de operação contra Lulinha gera desconforto no Planalto 52

Vale a pena antecipar a doação antes do aumento do “imposto de herança”? 66

Youtuber conhecido por contestar Deus anuncia que se converteu ao catolicismo 78



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP ACROBAT READER

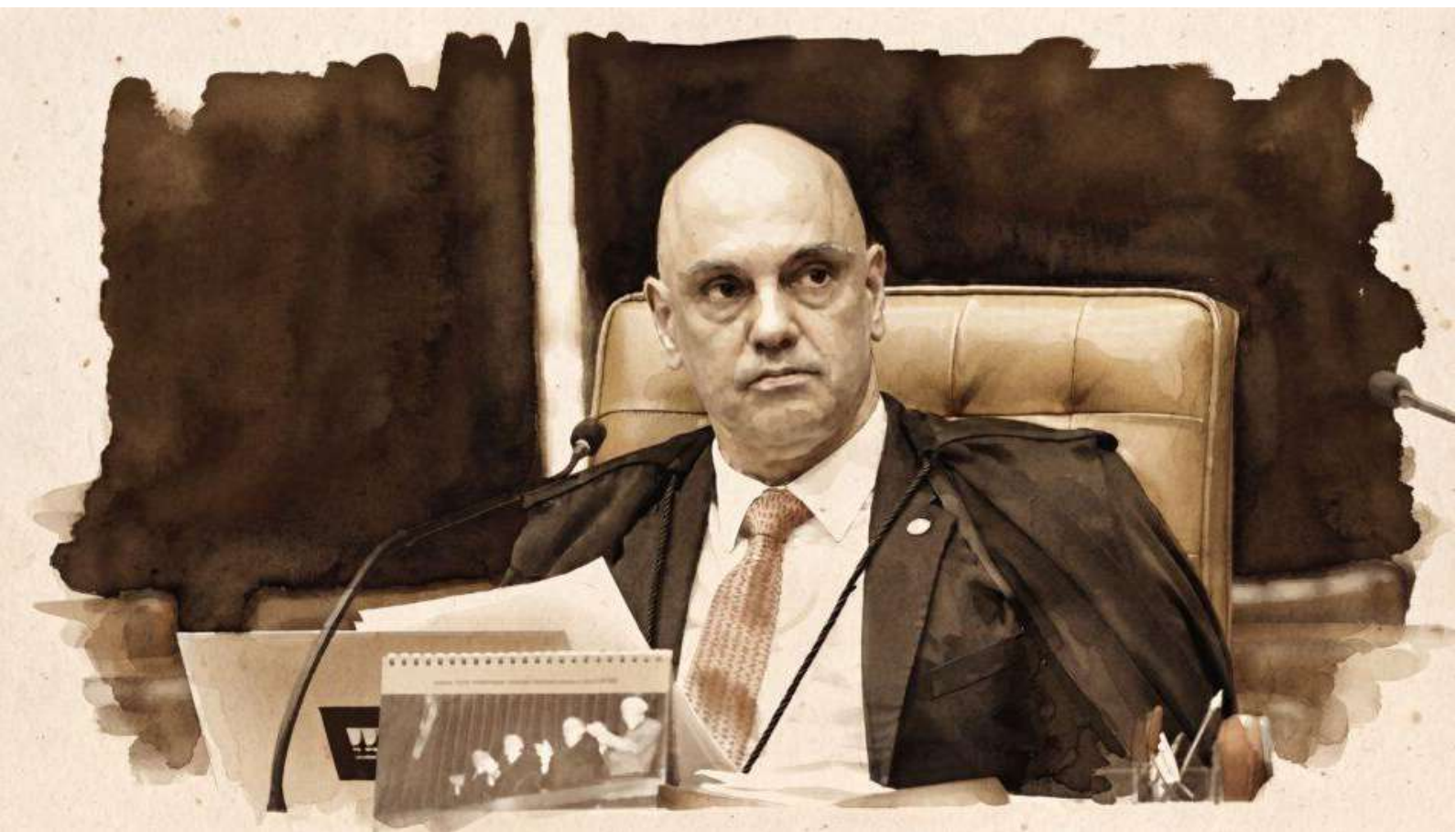


GAZETA DO POVO

CONHEÇA O SABER

Temas fundamentais não podem passar despercebidos. Acesse a homepage da Gazeta do Povo com conteúdos aprofundados e para reflexão

ACESSE AGORA!



Alexandre de Moraes reclamou que influenciadores têm mais audiência que telejornais. (Foto: Google Flow sobre foto de Luiz Silveira/STF)

EDITORIAL

O novo ataque de Moraes à liberdade de expressão na internet

Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal e censor-mor da República, demonstrou mais uma vez o pouquíssimo apreço

que tem pela liberdade de expressão ao ser homenageado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que organizava um Congresso Nacional de Direito Público, Controle Externo e Governança Pública. Em sua palestra magna, ele demonstrou toda a sua indignação com o fato de a internet, hoje, receber mais atenção do brasileiro que os veículos de imprensa tradicionais e realizar “uma verdadeira lavagem cerebral”.

Em menos de dois minutos, o ministro desfiou uma série de generalizações para atacar o livre fluxo de informação pela internet e “alguns que acordam e dormem só criticando o Poder Judiciário”. Começou de forma inocente, falando de anúncios de roupas de determinada cor, mas não demorou muito para que todos soubessem aonde ele pretendia chegar. “Hoje, um influencer

que ninguém aqui nunca ouviu falar, a pessoa não faz a mínima ideia do que está falando, fala da guerra da Ucrânia até a derrota lamentável do Corinthians para o Coritiba, esse influencer tem mais audiência, esses influencers, que o Jornal Nacional, do que todos os telejornais.

Isso foi trabalhado, para desacreditar. Quantas pessoas vocês conhecem que não acreditam mais na mídia tradicional e que seguem como se fosse uma religião fanática tudo o que a bolha passa como notícia? Lavagem cerebral”, afirmou Moraes.

Que a internet também permitiu a ascensão de “palpiteiros profissionais” que se encaixam perfeitamente na descrição de Moraes, pessoas que de fato falam sobre tudo sem ter domínio de

nada, é algo facilmente constatável. Que há influenciadores e comentaristas que não têm o mesmo rigor do jornalismo profissional quando apuram ou divulgam algo, também é verdade. E que os algoritmos das mídias sociais são desenhados para oferecer ao usuário mais daquilo que ele já demonstrou preferir também não é segredo para ninguém.



Moraes construiu um espantalho que lhe permite defender a narrativa segundo a qual a internet se tornou um perigo, e precisa de cabresto

Mas o ministro junta todos esses fatos para construir um espantalho que lhe permita defender a narrativa segundo a qual a internet se tornou um perigo, e precisa de cabresto. Se hoje

há um certo descrédito em relação à dita “grande imprensa” ou “mídia tradicional”, como diz Moraes, ele ocorre por uma gama de motivos muito mais diversa que a mera popularidade de influenciadores.

Não são poucos, por exemplo, os brasileiros que perceberam, ao longo dos últimos anos, como vários veículos de imprensa se omitiram ou mesmo defenderam a ofensiva liberticida do STF, comandada por Moraes, desde a instauração do inquérito das fake news, em 2019.

E tal ofensiva surgiu não porque o Brasil tivesse mergulhado em um mar de mentiras, mas porque a internet permitiu a livre circulação de inúmeras informações que os ministros consideravam inconvenientes, e que tentaram

suprimir rotulando-as como “desinformação” ou “fake news”. Não demorou muito para que os tribunais superiores passassem a censurar até mesmo o que eles admitiam ser verdadeiro, como no célebre caso da “desordem informacional”, conceito cunhado por Ricardo Lewandowski e abraçado por Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes em outubro de 2022, quando o trio integrava o Tribunal Superior Eleitoral.

O que esses dois minutos revelam são a insistência na convicção ao mesmo tempo autoritária e paternalista, de que o discurso público precisa ser tutelado porque o cidadão é incapaz de saber como distinguir a verdade da mentira, um fato de uma opinião.

A mentira, em uma democracia, se combate pelos meios ordinários – e a lei brasileira tem as ferramentas para punir caluniadores e difamadores, para conceder direitos de resposta, para retirar da internet conteúdos falsos. Mas Moraes e vários outros de seus colegas de Supremo já mostraram que isso não lhes basta: eles pretendem ser os árbitros da verdade e os definidores de quem tem o direito de se manifestar, e têm agido como se de fato o fossem.

Uma imprensa tradicional forte, com prestígio e credibilidade, não é antagônica a um ambiente virtual livre, onde ideias e fatos circulam sem restrições. Moraes, em seu discurso, apenas parece defender o jornalismo tradicional, quando na verdade o está usando como escada para seu verdadeiro objetivo, que é desqualificar quem conquistou visibilidade na internet fazendo as

perguntas e as críticas que tiram o conforto de autoridades como ele.

As palavras de Moraes são uma recordação de que a normalização democrática e a recuperação da liberdade de expressão são prioridades que precisam guiar o eleitor em outubro.



[Voltar ao índice](#)



Carta mostra que grupo de bispos colocou a preferência por Lula acima de sua missão religiosa. (Foto: Imagem criada utilizando ChatGPT/Gazeta do Povo)

OPINIÃO

Marcio Antonio Campos

Carta dos “bispos por Lula” é propaganda eleitoral mal disfarçada

Vou falar o quê da carta dos “Bispos do Diálogo pelo Reino”, que eles enviaram em primeira mão

à Folha de S.Paulo e nem sequer tiveram a decência de assinar, limitando-se a dizer que são dezenas (ao menos são minoria, considerando que o Brasil tem quase 500 bispos, incluindo os eméritos)? É uma coisa lamentável, propaganda político-eleitoral disfarçada de preocupação evangélica, e que ainda tenta puxar o papa Leão XIV para seu lado quando as manifestações públicas do papa sobre o trabalho das autoridades vão na direção oposta àquela do candidato preferido dos bispos de esquerda.

“Em tempo de eleições, reafirmamos que não temos partido”, dizem os bispos. A quem eles estão tentando enganar, quando logo depois eles usam justamente uma das palavras mais invocadas por Lula em sua candidatura à reeleição, a tal “soberania”? Não que soberania não seja importante, mas ela tem sido usada de

forma populista pelo PT em reação aos tarifas de Trump, enquanto as facções criminosas com as quais a esquerda é tão leniente vão atacando de verdade nossa soberania ao dominar áreas inteiras de metrópoles como o Rio e territórios vastos como a Amazônia.

Além disso, em 2022 os “Bispos do Diálogo pelo Reino” foram bem mais explícitos quando, em carta antes do segundo turno da eleição presidencial, tomaram abertamente o lado de Lula contra Jair Bolsonaro, e, depois da eleição, enviaram ao petista eleito um texto que mais parecia uma carta de fã-clube. E agora vêm dizer que “não têm partido”?

Obviamente, seria muito esperar que os “Bispos do Diálogo pelo Reino” falassem da legião de

endividados e inadimplentes, da maior média anual de mortes de ianomâmis, do salto gritante da dívida pública, da crise no varejo, da irresponsabilidade fiscal que sempre cobra dos mais pobres, do Lulinha, do Marcola, do Jaques Wagner, enfim, de todos os telhados de vidro que o atual governo tem, como se apenas os adversários tivessem defeitos.



A quem os “Bispos do Diálogo pelo Reino” estão tentando enganar quando dizem que “não têm partido”

Os bispos de esquerda têm anos de experiência em passar pano para os erros dos seus políticos de estimação, como nas Análises de Conjuntura que, ao reconhecer problemas na condução da economia, culpam sempre os outros.

A carta dos “Bispos do Diálogo pelo Reino” usa e abusa de citações do papa Leão XIV, e não camufla a tentativa de deixar subentendido que a única posição realmente católica em termos de política é a deles. Mas o curioso é que o papa, quando comparece diante de parlamentos mundo afora, costuma dizer algumas coisas que os bispos de esquerda nem sequer mencionam nos seus textos.

Na Espanha, em junho, diante de vários parlamentares declaradamente abortistas, o papa não economizou e disse: “Pode chamar-se plenamente justa uma comunidade que deixa na sombra a criança ainda não nascida, o idoso, o doente, quem sofre em silêncio ou quem depende inteiramente do cuidado dos outros? A defesa da vida humana não é uma questão parcial nem um interesse confessional: é uma meta de civilização.

Toda a vida humana deve ser reconhecida e guardada desde a sua concepção até ao seu ocaso natural, em cada circunstância da sua existência” (destaque meu). Na curta visita que fez a San Marino, neste sábado, o papa voltou ao tema. Após afirmar que um Estado pequeno como aquele pode ser um “laboratório” de boa política, Leão XIV diz que “o objetivo principal para o qual se deve tender neste ‘laboratório’ é o cuidado do humano.

Na verdade, uma comunidade como a vossa, ao mesmo tempo rica de valores tradicionais e em sintonia com os tempos no plano tecnológico, pode perseguir eficazmente este objetivo, mediante um cuidado que se traduz na salvaguarda de cada vida, em todas as suas fases,

desde a concepção até à morte natural” (destaque meu).

Esse tema, no entanto, sumiu da carta dos bispos de esquerda. Porque o governo e o candidato apoiado por eles têm feito o exato oposto do que Leão XIV pede. É nota técnica abortista, é cartilha abortista para gestante, tivemos ministra da Saúde abortista, enfim, desde 2023 temos tentativa atrás de tentativa para ampliar o acesso ao aborto sem precisar mudar a lei.

Mas o tema não merece uma mençãozinha sequer, ainda que seja classificado pelo papa Leão XIV como uma meta civilizacional. Talvez ele não seja tão importante para os “Bispos do Diálogo pelo Reino” quanto é para o papa. Vai saber.

Sobrou até para os devotos, coitados

Como se não bastasse, os bispos de esquerda ainda soltam os cachorros contra quem os critica por colocar o compromisso político-partidário acima de sua missão religiosa. Eles reclamam de um “conservadorismo autoritário que, lamentavelmente, através das redes e alguns dos meios de comunicação de inspiração católica, incluindo alguns membros dos ministérios ordenados, religiosos e leigos, promovem devocionismos, discursos superficiais e violentos contra pessoas que testemunham a fé no meio dos pobres, na defesa da democracia e das pautas ambientais”. Ainda que de vez em quando alguém passe do ponto na crítica, a rotulagem é injusta e me lembra muito, mas muito mesmo a cruzada de dom Joaquim Mol contra

influenciadores católicos. E mostra disposição zero de diálogo com os católicos que discordam.

Agora, queria muito saber onde entra o “devocionismo” nisso. Será aquele papo surradíssimo de que “oração sem ação é em vão”, nas infelizes palavras do frei Lorrane? Será que é qualquer manifestação religiosa que não tenha a aprovação dos bispos de esquerda? Eles não dizem, apenas jogam a palavra lá e saem correndo. Pobre da velhinha que acorda às 4 da manhã para rezar com o frei Gilson, pobre do sujeito que abre mão de alguma coisa na Quaresma e não conta direitinho quanto economizou para entregar no “gesto concreto” da Campanha da Fraternidade... se não tem engajamento social, se não tem defesa da democracia e da soberania, não tem valor nenhum para os “Bispos do Diálogo pelo Reino”.

“E a CNBB, não vai fazer nada?”

Essa é a pergunta preferida de muita gente quando vê algum bispo ou padre cometendo disparates por aí. Mas, como eu disse outro dia, conferência episcopal não é instância disciplinadora de bispo. Isso é com o Vaticano. E a CNBB não pode impedir os bispos de se organizarem informalmente em grupos, de que tipo for; se amanhã surgir um coletivo de bispos corintianos (o que seria belo e moral), ou se dom Fernando Rífan montar um coletivo de bispos sanfoneiros, terão tanto peso institucional quanto os “Bispos do Diálogo pelo Reino”. No máximo, o que a conferência pode fazer é deixar claro que um grupo não fala por toda a CNBB – que, aliás, já publicou sua mensagem aos católicos sobre as eleições de outubro; é o único texto que pode ser considerado uma

manifestação oficial e institucional, com suas virtudes e defeitos.

Como diz dom Antônio Carlos Keller, bispo de Frederico Westphalen (RS), em sua nota pastoral, “o ministro ordenado é pai espiritual de todos os fiéis, independentemente de suas legítimas opções políticas. (...) não compete ao sacerdote favorecer partidos ou candidatos, participar de disputas partidárias, utilizar a pregação ou os meios de comunicação da Igreja para propaganda eleitoral, nem induzir os fiéis a determinadas escolhas políticas (...) A unidade da comunidade eclesial vale mais do que qualquer preferência partidária”. Bispos que fazem propaganda eleitoral, ainda que camuflada, e extrapolam totalmente aquelas situações em que a Igreja é chamada a se pronunciar em assuntos políticos – e que foram tão bem descritas no discurso de

Bento XVI aos bispos do Maranhão, em 2010 – acabam dividindo seu rebanho e prestando um enorme desserviço ao Reino pelo qual eles dizem “dialogar”.



Autor: Marcio Antonio Campos é editor de Opinião da Gazeta do Povo. Autor de "A razão diante do enigma da existência" e coautor de "Bíblia e natureza: os dois livros de Deus – reflexões sobre ciência e fé", mantém a coluna quinzenal Tubo de Ensaio, sobre a relação entre ciência e religião, e uma coluna semanal sobre temas relacionados à Igreja Católica. Em 2025, cobriu em Roma o conclave que elegeu o papa Leão XIV. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Filipe Martins foi preso em uma fraude arquitetada em tons criminosos. (Foto: Rosinei Coutinho/STF)

OPINIÃO

Flávio Gordon

Coisa de bandido: a fraude que prendeu Filipe Martins

O público geral só ficou sabendo nesta semana, por meio de reportagem de Glenn Greenwald na Folha de S.Paulo. Mas, em março, um magistrado

americano já havia feito, durante uma audiência do caso *Martins Pereira v. United States Department of Homeland Security*, aquilo que a Justiça brasileira se recusou a fazer em mais de dois anos: apurar os fatos. Ninguém no Brasil sabia porque a decisão estava sob sigilo.

Sim, o juiz federal Gregory A. Presnell, da Divisão Orlando do Tribunal Distrital Federal dos Estados Unidos, confirmou a denúncia que Filipe Martins e sua equipe de defesa vinham fazendo há muito tempo, a saber: que o registro migratório usado por Alexandre de Moraes para decretar a prisão preventiva de Filipe Martins, em fevereiro de 2024, era falso. Não impreciso, nem equivocado; era falso – fabricado, inserido nos sistemas oficiais da Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos (CBP) sem que o suposto viajante jamais tivesse cruzado aquela fronteira.

O magistrado, longe de se contentar com o reconhecimento da fraude, foi além: determinou que o governo americano entregasse tudo o que permitisse identificar quem inseriu o dado fraudulento, classificando de “sem sentido” e “absurdos” os argumentos apresentados para manter o processo em sigilo. Agora, meses depois, o sigilo caiu.

Não se trata mais, portanto, de mera opinião. Temos uma decisão judicial, num país cuja Justiça – pode-se dizer o que quiser sobre ela – não costuma ser gentil com os próprios órgãos de fronteira quando estes falham em explicar como um homem “entrou” num território em que nunca pisou. E, como relata Greenwald em sua matéria, a Justiça americana tratou este caso, já em março, com uma seriedade que o Judiciário

brasileiro, inexplicavelmente (ou nem tanto, na verdade), ainda se recusa a lhe dedicar.



Alguém, deliberadamente, inseriu um dado falso num sistema de segurança de fronteira de uma potência estrangeira para fornecer a um ministro do STF a matéria-prima de uma prisão

Recapitulemos os fatos, porque a memória, no Brasil de hoje, é o primeiro território a ser sequestrado. Filipe Martins, ex-assessor especial para Assuntos Internacionais de Jair Bolsonaro, foi preso em fevereiro de 2024 sob a alegação de que teria deixado o país às vésperas do 8 de janeiro de 2023 e depois retornado clandestinamente. A tese sustentava-se num

único pilar: um registro de entrada da CBP, datado de 30 de dezembro de 2022, coincidindo, não por acaso, com a data em que Bolsonaro viajou a Orlando. Faltava a Martins, evidentemente, o dom da ubiquidade: dados de geolocalização de seu celular, fornecidos pela própria operadora TIM, e registros de voo da Latam mostravam-no no Brasil, em Brasília e Curitiba, exatamente nos dias em que supostamente estaria em solo americano.

A defesa apresentou essas provas. O Ministério Público Federal chegou a recomendar sua soltura. Moraes manteve-o preso – por quase seis meses, dos quais dez dias em isolamento solitário, sem nunca ter sido apresentada uma explicação minimamente consistente para a contradição

entre um documento fantasma e uma realidade filmada, rastreada e testemunhada.

Um ano e meio depois, a resposta chegou de onde menos convinha que chegasse: dos próprios Estados Unidos. Em outubro de 2025, a CBP já havia admitido publicamente que a entrada de Martins jamais ocorreu, afirmando “condenar veementemente qualquer uso indevido dessa falsa informação” para fundamentar prisão ou condenação – e fazendo questão de mencionar, na mesma nota, que Moraes é “um indivíduo recentemente sancionado pelos Estados Unidos por violações de direitos humanos contra o povo brasileiro”.

A decisão do juiz Presnell, tomada meses antes, em março, foi além da nota diplomática e

transformou a suspeita em determinação judicial: alguém, deliberadamente, inseriu um dado falso num sistema de segurança de fronteira de uma potência estrangeira para fornecer a um ministro do Supremo Tribunal Federal a matéria-prima de uma prisão. Isso não é erro burocrático. É, nas palavras mais precisas que a língua portuguesa oferece, uma fraude estruturada para produzir uma detenção arbitrária. É coisa de bandido!

E aqui chegamos ao ponto que a imprensa brasileira, com honrosas exceções, ainda insiste em tratar como pormenor: um ministro do Supremo Tribunal Federal manteve um cidadão brasileiro atrás das grades por seis meses com base num documento que uma potência estrangeira reconhece como forjado. Não estamos diante de uma controvérsia interpretativa sobre provas ambíguas. Estamos

diante da constatação, por autoridade estrangeira, de que o fundamento fático central de uma prisão preventiva foi inventado. E o inventor, goste-se ou não da palavra, prestou um serviço específico: deu a Alexandre de Moraes a desculpa de que ele precisava para encarcerar um homem cuja verdadeira culpa, aos olhos do regime de exceção que se instalou no país, era lutar por um país livre do narcossocialismo.

Há algo de profundamente revelador no fato de que o mesmo sistema que se apressou em classificar como “teoria da conspiração” qualquer suspeita sobre a origem desse documento – e que hostilizou quem ousou levantá-la – hoje se vê obrigado a engolir aquilo que negava. A verdade, escreveu certa vez Václav Havel, não precisa gritar; ela apenas espera. E Filipe Martins esperou, preso, calado por opção e não por medo,

enquanto seus algozes tentavam transformar sua dignidade em confissão. Não confessou o que não fez. Não delatou quem não cometeu crime. E agora, peça a peça, o castelo de mentiras que sustentava sua prisão vem abaixo.



O STF, e o falso juiz Alexandre de Moraes em particular, têm agora a obrigação de explicar por que ignoraram, por tanto tempo, evidências que desmontavam a premissa central de uma prisão

Cabe, finalmente, a pergunta central? Quem terá forjado o documento? Terá sido um dos jagunços de Moraes, daquele tipo que, seguindo o modelo chinês de repressão transnacional, persegue os dissidentes do regime no exterior? A quem

interessava fabricar uma fuga que nunca existiu? O juiz americano quer saber. A defesa de Martins quer saber, há mais de um ano, e sofreu obstrução sistemática para isso. O povo brasileiro, se ainda lhe restar apetite por verdade, deveria querer saber também. Porque a resposta não afeta apenas o destino de um indivíduo – afeta a honra de toda uma nação.

O Supremo Tribunal Federal, e o falso juiz Alexandre de Moraes em particular, têm agora a obrigação – moral, e talvez em breve também jurídica – de explicar por que ignoraram, por tanto tempo, evidências que desmontavam a premissa central de uma prisão. Não é mais possível tratar isso como ruído de bastidores ou artigo de opinião inconveniente. É fato estabelecido por sentença judicial estrangeira. E não se pode revogá-lo por decisão monocrática.

Resta saber se o Brasil terá a coragem de olhar para o que a Justiça americana já viu com clareza. Ou se, mais uma vez, preferirá desviar o olhar – como fez com Clezão, como ainda faz com as vítimas do 8 de janeiro, como fez tantas vezes fez com o próprio Filipe – até que a mentira, cansada de esperar, decida ela mesma se impor.



Autor: Flávio Gordon é doutor em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor do best-seller “A Corrupção da Inteligência: intelectuais e poder no Brasil” (Record, 2017), que possui mais de 35 mil exemplares vendidos. É também autor das obras “Ideologias de Massa e suas Metamorfoses” e “O Mínimo sobre Gnosticismo (Cedet, 2024)”. **Os textos do

colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Augusto Cury e Hertz Dias: propostas pouco inspiradas. (Foto: Divulgação e Maisa Mendes/Assessoria de Hertz Dias)

Eleições 2026

As piores propostas dos candidatos à Presidência

Por Fabio Calsavara

A cada quatro anos, o Brasil passa por um fenômeno curioso: durante algumas semanas, o país se transforma em um grande balcão de

promessas. Os candidatos à presidência da República chegam com soluções para praticamente tudo — e, se depender do discurso eleitoral, não haverá problema nacional que resista ao primeiro ano de mandato. Basta eleger o sujeito certo.

O problema é que, entre uma promessa plausível e outra, aparece sempre aquela ideia que parece ter sido concebida não em uma equipe de governo, mas em uma mesa de bar. Nesta eleição, os programas dos candidatos trazem de propostas ambiciosas a medidas que levantam uma pergunta bastante simples: alguém realmente parou para calcular quanto isso custa, verificar se o presidente pode fazer isso ou, em alguns casos, descobrir se a proposta é sequer possível?

Não é uma característica exclusiva de 2026. A história das eleições presidenciais brasileiras é pródiga em promessas que desafiam o orçamento, a Constituição, a matemática e, ocasionalmente, o bom senso. A volta da picanha, a inauguração do trem bala brasileiro ou do “aerotrem” e as estatizações em massa são algumas das promessas que parecem ter sido escritas sob a lógica de que, se eu quero algo, basta colocar no papel para que aconteça.

Mas não é preciso voltar ao passado para encontrar propostas capazes de provocar alguma incredulidade. Com 13 candidatos registrados para a Presidência, a eleição de 2026 já colocou sobre a mesa um cardápio suficientemente variado de ideias, metas e promessas inviáveis, impossíveis ou simplesmente vazias.

São promessas oficiais, registradas na forma de documentos protocolados no sistema da Justiça Eleitoral. A **Gazeta do Povo** preparou uma lista das nove piores propostas eleitorais dos candidatos à Presidência em 2026.

1 – Aumento de 100% no salário mínimo dos brasileiros

Quem prometeu: Samara (UP) e Hertz Dias (PSTU)

Contexto: É a primeira promessa do programa de governo da candidata Samara Martins da Silva Feitosa (UP). Na seção sobre emprego e renda, não faltam citações de Karl Marx e dados do IBGE para tentar justificar as propostas. As mudanças na economia, explica a candidata, seriam realizadas por meio do “controle popular e planejamento socialista”.

Por que é ruim: À primeira vista dobrar o valor do salário-mínimo é uma proposta tentadora. Mas a ideia não sobreviveria ao mundo real. Dobrar o salário mínimo pressionaria os preços para cima, provocando uma disparada na inflação. Além disso, o aumento súbito no valor do salário mínimo prejudicaria sobretudo as empresas menores, que precisariam reduzir o número de empregados para sobreviver.

2 – Nacionalizar empresas estrangeiras, como o Uber

Quem prometeu: Samara (UP)

Contexto: A candidata propõe um programa de garantia de emprego público e trabalho obrigatório para todos os adultos capazes de trabalhar nas áreas de reindustrialização, infraestrutura, habitação, saneamento,

reprodução social e doméstica, ferrovias, transição energética, agricultura familiar, ciência e tecnologia. Além disso, ainda critica o empreendedorismo, que para Samara traz uma falsa equiparação entre burgueses e trabalhadores.

Por que é ruim: O governo precisaria gastar muito dinheiro para comprar a empresa. Esse valor faria falta em áreas essenciais como saúde, educação e segurança pública. Empresas do governo seguem regras duras de compras e contratações. Isso impede reações rápidas, o que poderia tornar as plataformas obsoletas e inviáveis em pouco tempo.

3 – Transformar burocratas em guardas municipais

Quem prometeu: Escritor Augusto Cury (Avante)

Contexto: Em seu programa de governo – o mais longo de todos os candidatos nas eleições de 2026, com 200 páginas – Cury propõe recriar o Ministério da Segurança Pública e fazer uma integração plena entre Polícia Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Guardas Municipais. O resultado é a Polícia FOCO – Força de Combate Preventivo.

Por que é ruim: A promessa estabelece que 5% dos servidores municipais seriam realocados nessa nova função. A medida foi pensada dessa forma para não aumentar os quadros de pessoal das prefeituras. Só que a promessa não fala como seria essa realocação nas cidades onde não há Guarda Municipal formada. Na prática, qualquer servidor, de um auxiliar administrativo a uma merendeira escolar, poderia ser escalado para fazer parte de uma nova força policial,

potencialmente amadora e perigosa para os próprios integrantes e a sociedade como um todo.

4 – Monopólio estatal das telecomunicações, da telefonia e da internet

Quem prometeu: Edmilson Costa (PCB)

Contexto: Como não poderia deixar de ser, o programa do candidato comunista é recheado de ideias contrárias ao capitalismo, em suas diversas formas. Uma delas é a visão de que os meios de comunicação no Brasil hoje são “verdadeiros partidos políticos reacionários”. Para resolver essa questão, o candidato propõe uma revisão nas concessões para assegurar que cooperativas de trabalhadores operem os serviços de telecomunicações, telefonia e internet, tudo devidamente estatizado.

Por que é ruim: Antes da privatização das teles, em 1998, as linhas de telefone fixo eram bens escassos controlados pelo Estado e consideradas um patrimônio pessoal, com a expressa necessidade de declaração no Imposto de Renda. Não raro, quem não se sujeitava à fila de até cinco anos por uma nova linha acabava entrando no mercado paralelo de aluguel de telefones. Hoje, graças à privatização, o Brasil tem mais smartphones do que pessoas, o que praticamente universalizou o serviço.

5 – Fim da Polícia Militar

Quem prometeu: Hertz Dias (PSTU) e Rui Costa Pimenta (PCO)

Contexto: Outro programa repleto de propostas inviáveis, o texto de Dias aponta que “as atuais instituições policiais estão organizadas para

exercer o controle social sobre a população pobre e trabalhadora, e não para garantir sua segurança”. Por isso, o caminho apontado pelo candidato seria o fim da Polícia Militar e a instauração de um estado de autodefesa comunitária cidadã.

Por que é ruim: Não é difícil imaginar uma situação em que as forças comunitárias cidadãs de autodefesa evoluam para milícias, com leis próprias e sem nenhuma prestação de contas ou responsabilização junto à sociedade. Cidadãos sem recursos para comprarem suas próprias armas ou formar redes locais estariam sujeitos à lei do mais forte. Há a possibilidade de ocorrer uma corrida armamentista entre vizinhos e bairros, e sem uma autoridade neutra para mediar a situação pequenos conflitos cotidianos poderiam virar chacinas letais.

6 – Redução imediata do preço dos combustíveis em 50%

Quem prometeu: Rui Costa Pimenta (PCO)

Contexto: O programa do PCO, um dos mais radicais da extrema esquerda do Brasil, começa afirmando que o partido “não participa das eleições para fazer promessas”. Na sequência, as sete páginas do documento se contradizem ao trazer várias propostas que não passam de palavras vazias em um arquivo digital. Entre elas, a ideia de transformar a Petrobras em uma empresa 100% nacional, controlada pelos trabalhadores, e estatizar as reservas minerais, o que para o PCO permitiria a redução do preço dos combustíveis pela metade nos postos.

Por que é ruim: O Brasil é autossuficiente em petróleo bruto, mas não em derivados refinados, como o diesel e a gasolina. Com o preço de venda

abaixo do custo de importação, a Petrobras e as empresas privadas teriam prejuízo ao trazer os combustíveis de fora, o que reduziria a oferta. A redução brusca levaria a um descontrole na demanda, o que poderia esgotar os estoques locais de combustíveis. Racionamentos se tornariam constantes, e modais de transporte sofreriam interrupções. A paralisação teria, como consequência, uma disparada nos preços de produtos básicos, que não chegariam aos mercados por falta de transporte. Em resumo: o caos.

7 – Desencarceramento em massa

Quem prometeu: Edmilson Costa (PCB), Samara (UP) e Hertz Dias (PSTU)

Contexto: As propostas são apresentadas como reformas necessárias tanto na estrutura da

Segurança Pública quanto na questão de como o Estado deve tratar a população negra brasileira. Nos documentos do PCB e do UP, os candidatos associam diretamente as políticas de enfrentamento ao tráfico de drogas ao que ambos chamam de “genocídio da população negra”. Para o PSTU, uma reparação completa dos impactos da escravidão no Brasil passa necessariamente pela revogação da Lei Antidrogas e pelo desencarceramento em massa.

Por que é ruim: Legalizar as drogas seria um passo no sentido de uma capitulação do Estado perante o crime organizado. Facilitar o acesso aos entorpecentes acarretaria uma série de outros problemas de saúde pública. Além disso, propostas de desencarceramento em massa e redução da rigidez penal contra delitos associados ao tráfico enfraquecem a autoridade policial, deixando a sociedade indefesa e

transmitindo uma mensagem de impunidade e incentivo ao desrespeito às leis.

8 – Legalização do aborto

Quem prometeu: Edmilson Costa (PCB), Hertz Dias (PSTU) e Samara (UP)

Contexto: Os três defendem explicitamente a morte de fetos. Eles propõem a legalização do procedimento e prometem a realização gratuita dos abortos na rede pública de Saúde. Os outros candidatos ou não citam o tema, sob nenhuma forma, em seus programas de governo, ou trazem propostas genéricas de “garantias de direitos reprodutivos femininos”, como Ronaldo Caiado (PSD), Escritor Augusto Cury (Avante) e Lula (PT). O único a se posicionar frontalmente contra o aborto em seu programa de governo é Flávio Bolsonaro, que defende um compromisso

inegociável de respeitar e defender “a vida desde a concepção”.

Por que é ruim: A legalização do aborto representa uma violação do direito à vida do feto, que deveria ser visto como um ser humano inocente e distinto desde a concepção, cuja proteção legal e moral é dever do Estado.

9 – Extinção do Senado

Quem prometeu: Edmilson Costa (PCB)

Contexto: Para o candidato comunista, o parlamento bicameral tradicional atua como instrumento das classes dominantes para “punir os pobres e proteger os ricos”, além de abrigar diversos privilégios corporativos. O Senado, então, seria extinto e substituído por um Parlamento Unicameral, parte essencial do

programa do partido para a reconstrução radical do sistema político brasileiro em direção ao socialismo.

Por que é ruim: Um congresso formado de duas casas, Câmara e Senado, é um dos pilares indispensáveis para a democracia, principalmente no que diz respeito aos chamados freios e contrapesos. Cabe ao Senado, muitas vezes, moderar os impulsos imediatistas da Câmara, o que é uma garantia de estabilidade e prudência no trabalho legislativo. Outro efeito seria o rompimento do pacto federativo, base do arranjo republicano brasileiro. Enquanto a Câmara representa a população, de forma proporcional, o Senado representa os estados. Na prática, o fim do Senado traria um desbalanceamento de forças no parlamento, com efeitos nocivos tanto para estados menores e menos populosos (que perderiam força de

representação) quanto para estados cujas bancadas são subdimensionadas na Câmara, como é o caso de São Paulo. Por fim, a proposta prevê a eleição de metade dos membros dessa nova casa legislativa única por meio de assembleias de classe. O modelo tem potencial para facilitar uma postura despótica por parte dos parlamentares e, em última instância, o controle ideológico do Estado.



[Voltar ao índice](#)



Lula diz acreditar na inocência de Lulinha, investigado pela PF, mas afirma que não usará o cargo para protegê-lo. (Foto: Andre Borges/EFE)

Polícia Federal

Elli: nome de operação contra Lulinha gera desconforto no Planalto

Por Juliet Manfrin Por Aline Rechmann

Uma das fases da investigação que apura suspeitas de tráfico de influência e lavagem de

dinheiro envolvendo Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), teria incomodado aliados do petista e provocado animosidade entre governistas e uma ala da Polícia Federal. O motivo seria o nome escolhido para batizar uma das etapas da apuração: "Elli". Ela gerou leituras dentro do entorno presidencial de que se trataria de uma referência velada ao "Faz o L", gesto e bordão que se tornou marca registrada das campanhas eleitorais de Lula.

Na prática, Elli pode ser um nome próprio, apesar de não haver indícios de investigados com esse nome nos inquéritos. O significado pode estar ligado também a uma palavra de origem hebraica que significa "luz" ou "o meu Deus". A PF não se pronunciou para explicar o significado do nome da fase da operação.

Porém, a interpretação de que haveria uma provocação por trás do nome não demorou a circular entre pessoas próximas ao presidente. Aliados de Lula teriam afirmado que a escolha só poderia ter sido feita com a intenção de remeter ao bordão histórico das campanhas petistas, levantando uma suspeita de que o batismo da operação tinha viés político, às vésperas das eleições.

A defesa de Lulinha afirmou à Gazeta do Povo que recebeu a escolha do nome “Elli” com “indignação” e “perplexidade”. O advogado responsável pela defesa, Marco Aurélio Carvalho, disse ver na denominação uma possível provocação e afirmou que, caso isso se confirme, o episódio deverá ser investigado. “A escolha do nome não é só infeliz, é criminosa. Espero que a Polícia Federal possa explicar os motivos pelos

quais adotou este termo, pois não parece haver justificativa aparente para tal”, afirmou.

Para a defesa, a denominação se insere em suposta estratégia de “setores da Polícia Federal” que estariam atuando “sob interesses político-eleitorais”. A defesa afirmou que haveria uma tentativa de interferir no resultado das eleições de 2026 e classificou a investigação contra o filho do presidente como uma “perseguição implacável”.

O advogado, no entanto, fez uma ressalva em relação à direção da corporação. Afirmou manter “carinho” e “respeito profundo” pelo diretor-geral, Andrei Rodrigues, e disse considerar que ele próprio seria vítima da atuação de setores internos da instituição que, segundo

sua avaliação, estariam instrumentalizados politicamente. A PF e o Palácio do Planalto foram procurados, mas até a publicação da reportagem não haviam se manifestado. O espaço segue aberto.

Ambiente de tensão com avanço de investigações sobre Lulinha

A polêmica sobre o nome da operação se soma a um ambiente tenso dentro do Planalto com o avanço das apurações que atingem o núcleo familiar de Lula. Segundo o texto de um dos pedidos de abertura de inquérito enviados pela PF ao STF, endereçado ao ministro André Mendonça confirmado pela Gazeta do Povo, a operação Elli teve como objetivo apurar elementos que indicariam a prática reiterada de lavagem de capitais atribuída a Antonio Carlos Camilo

Antunes, o Careca do INSS, e pessoas de seu círculo de atuação financeira.

Apuração passou a incluir também a possível participação da empresária, amiga pessoal de Lulinha, Roberta Luchsinger, motivando a quebra de sigilo de Lulinha e da lobista sob suspeitas de uma sociedade oculta. A linha de apuração batizada de Elli tentaria esclarecer se Lulinha teria se valido do parentesco com o presidente para facilitar o acesso de terceiros a estruturas do governo federal, favorecendo interesses privados a órgãos públicos e a integrantes do Poder Executivo, condição sempre negada pela defesa do filho do presidente.

Entre os pontos analisados pela PF estão eventuais tentativas de viabilizar contratos entre empresas e órgãos federais, caso do Ministério da

Saúde, além da suposta atuação do filho do presidente na articulação de encontros com autoridades do alto escalão do Palácio do Planalto.

Apuração nasceu do desdobramento do caso do INSS

O caso não nasceu isolado. A apuração sobre Lulinha surgiu como desdobramento das investigações sobre o esquema de fraudes contra aposentados e pensionistas do INSS, que resultou na prisão de diversos suspeitos e colocou o nome do Careca do INSS no centro do escândalo. Lulinha não é investigado nessa frente. Segundo a defesa de Lulinha, não há nos elementos citados pela PF indicação de ato de ofício praticado em benefício dos envolvidos, suspeita de desvio de recursos públicos ou ligação direta entre Lulinha e as fraudes investigadas no INSS. Também

sustenta que a ausência de comprovação de um vínculo formal entre Lulinha e Roberta afastaria a hipótese de sociedade entre os dois.

Porém, com os indícios de possível interferência política identificados ao longo das apurações, o STF autorizou a abertura de três inquéritos distintos que investigam separadamente condutas específicas atribuídas a Lulinha e a pessoas de seu círculo de relacionamentos.

Mensagens que embasam suspeita de sociedade oculta

Parte do material que sustenta a investigação foi extraída do celular de Roberta Luchsinger, identificada nos autos como suposta lobista que atuava para viabilizar negócios de terceiros com o poder público. As conversas tratam de transações

comerciais e de possível participação de Lulinha nessas articulações. Em alguns trechos, os interlocutores discutem formas de evitar exposição pública da atuação do filho do presidente nos negócios e em tratativas.

Uma frase específica chamou atenção dos investigadores. Em determinado diálogo, Roberta afirma que o "futuro" dela e Lulinha, seria "na Suíça", passagem que passou a integrar o conjunto de elementos analisados pela PF.

À **Gazeta do Povo**, a defesa de Lulinha contestou a força probatória das mensagens analisadas. Segundo o advogado Marco Aurélio Carvalho, não foi possível à defesa verificar autenticidade e integridade do material, uma vez que não teve acesso a informações suficientes sobre a cadeia de custódia das provas. “Não sabemos se ela está

íntegra, se ela está hígida”, afirmou. Para a defesa, o conteúdo das conversas “não sugere absolutamente nada além de um mero constrangimento”.

Como o Planalto teria reagido ao caso

O incômodo em torno do nome da operação Elli teria refletido uma preocupação maior dentro do governo: a de que o avanço das investigações sobre Lulinha, ainda que sem provas de irregularidades cometidas diretamente por ele, produza desgaste político à imagem do presidente às vésperas do ciclo eleitoral. A comparação entre o nome "Elli" e o bordão "Faz o L" foi lida por aliados do petista como um gesto capaz de reforçar, à opinião pública, uma associação indesejada entre a figura do presidente e o inquérito que mira seu filho.

Até o momento, segundo investigadores, não haveria comprovações de que Lulinha tenha efetivamente se beneficiado das articulações relatadas nas mensagens nem que tenha recebido vantagem financeira decorrente da atuação da lobista com órgãos do governo federal. A apuração segue em curso e sob sigilo. A defesa de Roberta disse que vai se manifestar nos autos. Dois inquéritos estão sob responsabilidade do ministro André Mendonça e um terceiro está com Flávio Dino.

Confira a íntegra da manifestação da defesa de Lulinha

A defesa recebeu com indignação, com perplexidade, mas sem surpresas. É parte da estratégia de setores da Polícia Federal, que instrumentalizados por interesses político-eleitorais pretendem interferir no

resultado das eleições de 2026. Não há dúvida, está em curso uma verdadeira perseguição implacável. A escolha do nome não é só infeliz, é criminosa. Espero que a Polícia Federal possa explicar os motivos pelos quais adotou este termo pois não parece haver justificativa aparente para tal.

Quero aqui, entretanto, reiterar o meu carinho e o meu respeito profundo pelo diretor geral da Polícia Federal, que é uma das vítimas dessa ação política instrumentalizada por interesses eleitorais de alguns setores da corporação. Quero aqui reconhecer, louvar e aplaudir os esforços que ele tem empreendido na perspectiva de manter a corporação unida e na perspectiva de fazer jus à autonomia que foi devolvida pelo presidente Lula à Polícia Federal que havia sido capturada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro com o objetivo de blindar a sua família e os milicianos com os quais ele governou o país.

Pode ser mera provocação [a escolha do nome da operação]. Espero que a Polícia Federal esclareça. Se for de fato uma provocação, nós temos que instaurar procedimentos para apurar em que circunstâncias isso se deu.

Isso nos remete ao que houve de pior na história do sistema de Justiça do nosso país, com a finada Operação Lava Jato. É a velha estratégia de atirar a flecha e depois pintar o alvo. A estratégia de começar o processo pelo fim, com a condenação, sem respeito ao direito de defesa e ao princípio sagrado da presunção de inocência.

A própria Polícia Federal, no relatório que produziu, que é um quebra-cabeças de ilações, afirma que não há condições de atestar qualquer tipo de vínculo formal entre o Fábio e a Roberta. Portanto, foi

afastada a possibilidade de existência de qualquer sociedade entre eles pela própria Polícia Federal.

As mensagens analisadas pela Polícia Federal, cuja autenticidade nós não temos condição de atestar, porque nós não conhecemos a cadeia de custódia dessa prova, não sabemos se ela está íntegra, se ela está hígida, não sugerem absolutamente nada além de um mero constrangimento. Não há ato de ofício, não há suspeita de desvio de recurso público. Não há autoridade com foro e nem tampouco relação direta ou indireta com o INSS.



Voltar ao índice



Cartórios registram alta nas doações de imóveis, mas dependendo do caso alíquota do ITCMD pode ser menor após mudanças previstas (Foto: Pedro Ribas/SMCS)

ITCMD

Vale a pena antecipar a doação antes do aumento do “imposto de herança”?

Por Célio Yano

A mudança nas regras do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)

tem levado famílias aos cartórios para antecipar a transferência de bens e tentar escapar de uma possível alta do chamado “imposto sobre herança”. Mas a estratégia não é vantajosa em todos os casos: dependendo do patrimônio e do estado, esperar pode resultar em um imposto menor.

O ITCMD é cobrado quando uma pessoa transfere patrimônio para outra por doação ou herança. Por isso, famílias que pretendem passar imóveis, dinheiro, empresas ou outros bens a herdeiros podem optar por fazer a transferência ainda em vida, pagando o imposto no momento da doação. A mudança nas regras, porém, pode alterar o valor desse imposto, e não necessariamente para mais.

Por ser de competência estadual, o imposto hoje é cobrado de forma progressiva em algumas unidades federativas, enquanto outras recolhem uma alíquota fixa (veja a tabela no fim da matéria). A reforma tributária definiu que a tributação passará a ser progressiva em todo o país, de acordo com o valor dos bens, respeitado o teto de 8%.

A reforma estabelece a progressividade do ITCMD, mas cabe aos estados adequar suas legislações à nova regra. O prazo para essa adaptação termina em 1º de janeiro de 2027. “Em patrimônios menores, a futura alíquota progressiva pode continuar dentro de uma faixa baixa, de modo que a mudança não represente aumento significativo do imposto. Nesse caso, antecipar a doação apenas por receio da progressividade pode não produzir uma

economia relevante”, diz Eduardo Serra Rossigneux Vieira, advogado sócio do escritório Vieira e Serra Advogados.

“Também não costuma compensar quando o doador ainda depende dos bens para o próprio sustento, quando há risco de dilapidação do patrimônio pelo donatário ou quando a estrutura familiar segue indefinida, com casamentos, divórcios ou herdeiros menores no horizonte”, acrescenta Guilherme Malta, sócio do Mota Kalume Advogados e especialista em Direito Processual Civil. “A doação é um ato de difícil reversão, e a decisão não pode se resumir a uma comparação de alíquotas”, explica.

Outra mudança prevista na reforma tributária é que o ITCMD passará a ser calculado, em todo o

país, sobre o valor de mercado dos bens deixados como herança ou transferidos por doação. Em estados onde hoje o imposto é calculado com base em valores fiscais ou contábeis inferiores ao preço real dos bens, o valor considerado para a cobrança poderá aumentar mesmo que a alíquota não mude. Esse efeito, porém, não ocorrerá necessariamente em todos os estados.

No caso de causa mortis, a cobrança passará a ser feita no estado de domicílio do falecido, enquanto hoje o tributo é recolhido na unidade federativa onde é feito o inventário ou arrolamento dos bens.

Portanto, dependendo do valor do bem e da unidade federativa onde residem doador e donatário e onde está localizado o patrimônio, é

preciso analisar se a antecipação da operação pode ou não ser vantajosa.

Confira o que dizem tributaristas a respeito da realização de doações antes das mudanças no ITCMD:

Eduardo Serra Rossigneux Vieira

A antecipação tende a ser mais interessante quando há um patrimônio elevado, uma diferença relevante entre a tributação atual e a futura e uma mudança importante na base de cálculo. Já em patrimônios menores ou situações em que a nova alíquota não produz aumento significativo da carga, a antecipação pode não trazer benefício tributário suficiente para justificar a operação.

Como o ITCMD é um imposto estadual, é fundamental analisar a legislação do estado

competente, tanto a regra atualmente vigente quanto a que será aplicada após a regulamentação. A alíquota e a forma de cálculo podem variar de um estado para outro.

Um exemplo é o de uma família com patrimônio elevado que pretende transferir parte relevante dos bens aos filhos. Se hoje a transmissão está sujeita a uma alíquota fixa ou a uma faixa inferior e, com a nova legislação estadual, o mesmo patrimônio passará a ser tributado por uma alíquota progressiva maior, antecipar a doação pode significar uma economia tributária relevante.

Outro cenário em que a antecipação pode fazer sentido é quando o patrimônio é composto por participações societárias. A nova regulamentação estabelece regras mais rigorosas para a

determinação da base de cálculo, inclusive para participações em sociedades, o que pode aumentar o valor sobre o qual o ITCMD será calculado.

Guilherme Malta, especialista em Direito Processual Civil

A antecipação tende a compensar em alguns cenários. O primeiro é o do doador domiciliado em estado que ainda pratica alíquota fixa e baixa e que possui patrimônio relevante. Quando esses estados implementarem a progressividade, os patrimônios maiores tenderão a se enquadrar nas faixas superiores, que podem chegar ao teto de 8%. Assim, doar sob a alíquota fixa de hoje pode representar economia de até metade do imposto.

O segundo cenário depende menos da alíquota e mais da composição do patrimônio. Como a nova

base de cálculo passa a ser o valor de mercado, deixam de ser admitidas avaliações por valores históricos, contábeis ou meramente declaratórios. Quem tem quotas de holding familiar avaliadas pelo patrimônio líquido contábil, muito inferior ao valor econômico real, ou imóveis tradicionalmente avaliados pelo valor venal conta, hoje, com uma base de cálculo que deixará de existir. Esse talvez seja o ponto mais sensível da mudança, porque alcança inclusive quem está em estado que já adota a progressividade.

E o último cenário decorre da mudança do critério de competência, já que o imposto passa a ser devido ao estado de domicílio do doador ou do falecido, e não mais, necessariamente, ao local do inventário ou dos bens. Antes de tomar a decisão, é importante avaliar alguns aspectos que vão além da eventual vantagem tributária. O primeiro deles é a legítima

dos herdeiros necessários, já que a doação de ascendente para descendente configura adiantamento de herança sujeito à colação, sendo nula a parcela que ultrapassar a metade disponível do patrimônio. Também é fundamental considerar a proteção do próprio doador, normalmente estruturada por meio da reserva de usufruto vitalício.

Também é necessário verificar a situação dos credores do doador, de modo a afastar possíveis alegações de fraude na transmissão.

Alíquotas do ITCMD por estado (julho/2026)

Levantamento feito pela NR Advogados Imobiliários mostra as alíquotas do ITCMD cobradas para doação e herança em cada unidade federativa e onde a legislação já está adequada às

novas regras estabelecidas pela reforma tributária.

UF	Doação	Herança	Cálculo
Acre	2% a 4%	4% a 8%	Progressivo – Já adaptado
Alagoas	2%	4%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Amapá	2%	4%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Amazonas	2%	2%	Fixo –sem projeto de lei publicado
Bahia	3,5% (fixo)	4% a 8%	Misto – progressivo para herança; doação ainda fixa
Ceará	2% a 8%	2% a 8%	Progressivo – já adaptado
Distrito Federal	4% a 8%	4% a 8%	Progressivo – já adaptado
Espírito Santo	4%	4%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Goiás	2% a 4%	2% a 4%	Progressivo – já adaptado
Maranhão	2%	4%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Mato Grosso	2% a 4%	2% a 4%	Progressivo – já adaptado
Mato Grosso do Sul	3%	6%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Minas Gerais	5%	5%	Fixo – PL 2.881/24 em tramitação

Pará	4%	4%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Paraíba	2% a 8%	2% a 8%	Progressivo – já adaptado
Paraná	4%	4%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Pernambuco	2%	5%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Piauí	4%	4%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Rio de Janeiro	4% a 8%	4% a 8%	Progressivo – já adaptado
Rio Grande do Norte	4%	4%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Rio Grande do Sul	4% a 6%	4% a 6%	Progressivo – já adaptado
Rondônia	2% a 4%	2% a 4%	Progressivo – já adaptado
Roraima	4%	4%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Santa Catarina	1% a 8%	1% a 8%	Progressivo – já adaptado
São Paulo	4%	4%	Fixo – PL 409/2025 em tramitação
Sergipe	4%	4%	Fixo – sem projeto de lei publicado
Tocantins	2% a 4%	2% a 4%	Progressivo – já adaptado



[Voltar ao índice](#)



Para o filósofo Joseph Schmid, os registros de milagres tiveram um peso decisivo em sua conversão ao catolicismo. (Foto: Divulgação / Joseph Schmid)

Fé

Youtuber conhecido por contestar Deus anuncia que se converteu ao catolicismo

Por Fabio Calsavara

Joseph Schmid ficou conhecido por fazer perguntas que os religiosos preferiam não

responder. Em seu canal no YouTube, Majesty of Reason, o filósofo e doutorando na Universidade de Princeton passou anos examinando vários argumentos usados para defender a existência de Deus — e apontando suas fragilidades. O problema do mal, a evolução, o sofrimento dos animais, a existência da consciência, o ajuste fino do universo e os argumentos cosmológicos estavam entre os temas de sua investigação.

Schmid não era um ateu militante. Sua posição era a de um agnóstico que considerava insuficientes tanto as provas apresentadas pelos fiéis quanto as certezas dos ateus. Agora, depois de anos de estudo, Schmid anunciou em seu canal que havia retornado ao catolicismo — a religião na qual foi criado e que havia abandonado na adolescência.

Foi justamente por levar os argumentos religiosos a sério que sua mudança de posição chamou atenção. A conversão não foi descrita por Schmid como uma experiência súbita ou como uma decisão tomada apesar de suas dúvidas. Ao contrário: ele afirma ter chegado à fé justamente ao levar sua investigação até o limite. O caminho, segundo seu próprio relato, passou primeiro por uma mudança em sua avaliação da existência de Deus. Depois, por uma conclusão ainda mais específica: a de que algumas evidências que havia estudado apontavam não apenas para o teísmo, mas para o cristianismo e, finalmente, para a Igreja Católica.

Uma das razões mais fortes para Schmid ter abandonado a fé foi a evolução das espécies. Essa objeção ganhou força na escola, ainda na sétima série, durante as aulas de Ciências e da Teoria da

Evolução. O problema não era simplesmente aceitar que as espécies evoluem. Era explicar por que um Deus perfeitamente bom teria escolhido um processo marcado por milhões de anos de predação, doença, fome, extinção e sofrimento animal. Um animal sendo devorado vivo por outro é apenas um exemplo entre incontáveis episódios de dor que ocorreram muito antes do aparecimento do homem, segundo o evolucionismo.

Para o jovem Schmid, isso parecia incompatível com a existência de um Deus onipotente e perfeitamente bom, algo que ele trazia consigo de sua formação religiosa familiar. O problema do sofrimento animal tornou-se, assim, uma das objeções mais fortes de sua filosofia contra o teísmo. Seguindo essa linha de pensamento, Schmid não precisava provar que Deus e o

sofrimento eram logicamente incompatíveis. Bastava argumentar que, se Deus existisse, seria improvável encontrarmos um mundo repleto de dor e sofrimento.

Durante muito tempo, essa objeção teve peso suficiente para afastá-lo da fé. Depois, porém, ele começou a olhar para o problema de outra maneira. O fato de não conseguir compreender por que Deus permitiria determinado sofrimento não significava necessariamente que Deus não tinha uma razão para permiti-lo. Essa é uma das ideias por trás do chamado teísmo cético. Em vez de simplesmente adotar essa resposta e encerrar o assunto, Schmid foi além. O filósofo passou a comparar o problema do mal com o conjunto das evidências a favor do teísmo.

Schmid conta que entraram nessa avaliação vários argumentos sobre a contingência, a existência de uma realidade necessária, a consciência e a moralidade objetiva. Ele também passou a levar em conta o chamado ajuste fino: a aparente precisão de determinadas condições físicas necessárias para que o universo produza estrelas, elementos químicos complexos e vida.

De acordo com os cientistas, por exemplo, a Terra está na única posição possível – entre todas as órbitas de todos os planetas – para a criação e a manutenção da vida. Um pouco mais próximo do Sol e as altas temperaturas tornariam a vida inviável. O mesmo vale se a Terra se afastasse de sua estrela: uma era glacial extrema e eterna não permitiria a existência de seres vivos. Nenhum desses argumentos prova sozinho que Deus existe. Mas as evidências passaram a se

acumular. O sofrimento animal pesava contra a existência de um ser superior onipotente e onisciente. Outros aspectos da realidade, na avaliação de Schmid, começaram a pesar a favor. Contudo, para ele ainda havia uma distância enorme entre admitir que Deus poderia existir e tornar-se um católico.

A segunda parte da investigação foi decisiva para que o filósofo retomasse sua linha de fé. Schmid passou a estudar relatos de milagres e fenômenos sobrenaturais: Lourdes, Fátima, aparições marianas, milagres eucarísticos e, principalmente, os fenômenos associados a Padre Pio. No último mês de fevereiro, Schmid passou cerca de quatro horas discutindo esses casos com Ethan Muse, um apologista católico. Segundo seu relato, a conversa foi decisiva. O acúmulo de testemunhos, documentos e fenômenos que ele

considerava difíceis de explicar naturalmente começou a alterar novamente seu cálculo.

No dia seguinte, fez uma confissão geral. Agora, no mês de agosto, Schmid tornou pública sua conversão. “Trago boas novas! Deus existe. Cristo é o Senhor, e Ele estabeleceu a Igreja Católica. Não estou brincando. Acabei de me converter ao catolicismo”, anunciou em um vídeo que acumulou mais de 100 mil visualizações em dois dias.

A conversão de Schmid não nasceu de uma suposta descoberta de que a ciência estava errada. Ela foi formada a partir da conclusão de que as evidências que o filósofo considerava contrárias ao teísmo já não eram tão fortes quanto as evidências a favor de Deus. E os

milagres fizeram essa investigação avançar mais um passo.

Milagre de Santa Maria Goretti foi decisivo na conversão

Entre os episódios que mais impressionaram o filósofo está a história de Santa Maria Goretti. Aos 11 anos, ela foi morta com 14 facadas após não ceder às investidas sexuais de um vizinho, de 20 anos. Em seu leito de morte, a menina perdoou o agressor e ofereceu seu sofrimento em sacrifício. O agressor, identificado como Alessandro Serenelli, foi preso e passou os primeiros anos na cadeia tomado por ódio, ressentimento e violência. Contudo, após ter um sonho no qual a santa lhe entregava, um a um, 14 lírios brancos (que ele interpretou como o perdão para cada uma das 14 facadas que desferiu), o

assassino acordou completamente transformado. Ele se confessou com um padre e mudou radicalmente de vida.

Para Schmid, a história teve um efeito diferente dos argumentos metafísicos. Não era uma questão de contingência, probabilidade ou lógica. Era o exemplo concreto de uma concepção de santidade. O filósofo definiu essa história como um exemplo profundo e belíssimo de perdão, amor e pureza. O filósofo afirma que, para ele, a fé deixou de ser um conjunto de argumentos intelectuais. Em seu relato, ele conclui que por mais fortes que sejam os argumentos contrários, o conjunto de evidências a favor da existência de Deus é maior. O filósofo conta que a partir da documentação dos milagres, passou a sentir um apelo pessoal e espiritual para a santidade.

Ao se deparar com o testemunho da jovem, que antes de morrer desejou que seu assassino se encontrasse com ela no Paraíso, Schmid disse: “O que quer que ela tenha, eu quero um pouco disso”.

A conversão de Joe Schmid acaba sendo mais interessante do que uma simples história de um cético que “encontrou a fé”. É a história de alguém que passou anos procurando razões para não acreditar em Deus, mas que acabou concluindo que, consideradas em conjunto, as evidências apontavam na direção contrária.



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- **PF mira sociedade oculta entre Lulinha e dono do sítio de Atibaia**
- **Por que investidores argentinos estão comprando empresas brasileiras**
- **Plano de Lula promete mais regulação das redes e “soviete” da soberania digital**
- **Como Janja comanda e ajuda (ou atrapalha) a campanha de Lula**
- **O casamento de luxo da filha “empoderada” de Ayres Britto**
- **Ela descobriu que poderia ter doença fatal e mudou de vida pela cura. Agora Lito luta por esta chance**

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice